



# **PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO RELATÓRIO DE GESTÃO**

**Exercício de 2017**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES**

**PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)**

**I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:**

**a) Informações Gerais:**

<b>Entidade:</b>	Prefeitura Municipal de Navegantes
<b>CNPJ:</b>	83.102.855/0001-50
<b>Endereço:</b>	Rua João Emílio, nº 100 – Centro – Navegantes/SC
<b>E-mail:</b>	gabinete@navegantes.sc.gov.br
<b>Sítio Eletrônico:</b>	www.navegantes.sc.gov.br

**b) Rol dos Responsáveis:**

Dirigente Máximo do Executivo:	Nome	CPF	Cargo/Função	Período de gestão	Ato Nomeação e data	Ato Exoneração e data	Endereço Residencial	e-mail
Ordenador de Despesa:	Emílio Vieira	716.701.659-49	Prefeito	01/01/2017 a 31/12/2020	Termo de Posse 62242 de 01 de janeiro de 2017	-	Rua Orlando Ferreira, 1217 Centro - Navegantes	gabinete@navegantes.sc.gov.br
Responsáveis pela Arrecadação de Receitas:	Antônio Carlos Romão Carmona	394.950.278-53	Secretário de Desenvolvimento Econômico	01/01/2017 a 31/12/2017	Decreto 024 de 10 de janeiro de 2012	-	Rua: Marcos Gustavo Heusi, 315 Centro - Navegantes	antonio.carmona@navegantes.sc.gov.br
Secretária de Administração	Karille Cugnier	852.159.969-20	Secretária Municipal de Administração e Logística	10/03/2017 a 31/12/2017	Portaria N.º 816 de 10 de março de 2017	-	Rua: Willy Heinnig nº 581, São Judas, Itajaí,	administracao.secretaria@navegantes.sc.gov.br

**c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:**

**GABINETE DO PREFEITO**

- Diretoria de Audiências
- Diretoria de Expediente

**GABINETE VICE PREFEITO**

- Diretoria de apoio ao Vice Prefeito

**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

- Diretoria de Imprensa
- Diretoria de Marketing

**SECRETARIA DE GOVERNO**

- Diretoria de Projetos
- Diretoria de Capacitação de Recursos

**PLANEJAMENTO URBANO**

- Diretoria administrativa
- Diretoria Técnica
- Conselho Municipal das Cidades

## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

- Diretoria de Gestão de Recursos Humanos
- Diretoria de Gestão de Bens materiais e Serviços
- Diretoria de Tecnologia da Informação
- Diretoria de Gestão Patrimonial

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

- Diretoria de Contabilidade
- Diretoria do Tesouro

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Diretoria de Programas Sociais
- Programa de atenção ao Idoso
- Conselho Municipal da Assistência Social
- Conselho Municipal do Idoso
- Conselho Municipal da Mulher
- Conselho Municipal de Pessoas Portadoras de Deficiência

### **SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

- Diretora Administrativa Ensino Infantil
- Diretora Administrativa Ensino Fundamental
- Diretora Pedagógica Ensino Infantil
- Diretora Pedagógica Ensino Fundamental
- Diretora de Projetos Educacionais
- Conselho do FUNDEB
- Conselho Municipal da Merenda Escolar
- Conselho Municipal da Educação

### **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA**

- Diretoria de Apoio a Pesca
- Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

### **SECRETARIA DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**

- Diretoria de Segurança e Defesa Social

### **SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE**

- Diretoria de Eventos e Marketing
- Conselho Municipal de Turismo

### **SECRETARIA DE OBRAS**

- Diretoria de Operações
- Diretoria de Serviços Públicos
- Diretoria de Pavimentação
- Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

#### **SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO**

- Diretoria Administrativa
- Diretoria Técnica de Água
- Diretoria Técnica de Esgoto e lixo

#### **SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE**

- Diretoria de Controle Preventivo
- Diretoria de Adm., Financeira e de Planejamento
- Diretoria de Ouvidoria

#### **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA**

- Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa
- Diretoria de Tributos Mobiliários e Fiscalização
- Diretoria de Movimento Econômico
- Diretoria de Indústria e Comércio

#### **SECRETARIA DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**

- Diretoria de Políticas da Criança e do Adolescente
- Diretoria de Políticas da Juventude
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

### **d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:**

As competências institucionais da Administração Pública Municipal estão determinadas na Lei Orgânica Municipal (Art. 12), conforme segue:

- Elaborar e executar o seu orçamento anual e o seu orçamento plurianual de investimentos;
- Elaborar planos de desenvolvimento;
- Instituir e arrecadar tributos, tarifas e preços públicos de sua competência;
- Ampliar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade da prestação de contas;
- Publicar balancetes e balanços nos prazos fixados em lei;
- Criar, organizar, fundir e extinguir Distritos, segundo as diretrizes da legislação estadual;
- Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local;
- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação, prioritariamente pré-escolar e de ensino fundamental;
- Prestar com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- Elaborar o plano diretor do Município e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano;

- Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e ecológico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- Constituir guardas municipais destinados à proteção de seus bens, serviços e instalações;
- Exigir, nos termos da Constituição Federal, Estadual e legislação específica, o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado, sob pena, sucessivamente, de:
  - a) parcelamento ou edificação compulsórios;
  - b) imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
  - c) desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- Dispor sobre a administração, utilização e alienação dos bens públicos;
- Organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos seus servidores;
- Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;
- Cassar licença de funcionamento cedida a estabelecimento ou entidade que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança, ao meio ambiente e aos bons costumes;
- Estabelecer servidores administrativos necessárias à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;
- Adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;
- Regular a disposição, o traçado e as demais condições de bens públicos de uso comum;
- Regulamentar a utilização dos logradouros públicos, em especial no perímetro urbano;
- Determinar o itinerário e os pontos de parada de transportes coletivos;
- Fixar locais de estacionamento de táxis e demais veículos, bem como fixar o número legal de táxis por ponto, sua permanência obrigatória no local designado, diariamente, sob pena de perda da licença, salvo os casos previstos em lei;
- Conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis no perímetro urbano, fixando as respectivas tarifas;
- Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;
- Disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulam em vias públicas municipais;
- Tornar obrigatória a utilização de ponto ou de estação rodoviária para transporte coletivo;
- Sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização;
- Prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza;
- Prover sobre a limpeza e higiene da propriedade de particular, sempre que prejudicial ao interesse coletivo, podendo, o Município, compeli-lo o proprietário a executar os serviços ou executar diretamente, mediante instituição de taxa, nos termos da lei.
- Ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas estaduais e federais pertinentes.
- Dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;
- Regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;
- Prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro por seus próprios serviços ou mediante convênio. Com instituição especializada;
- Organizar e manter os serviços de fiscalização tributária e os necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;
- Fiscalizar, nos locais de vendas, o peso, as medidas e as condições sanitárias das instalações e dos gêneros alimentícios;
- Dispor sobre o depósito e doação a entidades filantrópicas, de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;
- Estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;

- Promover os seguintes serviços:

- a) mercados, feiras e matadouros;
- b) construção de estradas e caminhos municipais e respectiva conservação;
- c) transportes coletivos estritamente municipais;
- d) iluminação pública;
- e) sistemas de controle da poluição.

- Assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento, respeitando o limite máximo estabelecido nesta lei.

- Estabelecer normas para a criação de loteamentos e arruamentos.

Além da Lei Orgânica, é importante ressaltar a Lei complementar nº 62 de 1º de abril de 2009 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do município de Navegantes e dá outras providências.

## **II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:**

### **a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:**

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Programas e ações		Previsão atualizada		Execução		Diferenças			
Cód	Programa	Física	Financeira	Física	Financeira	Física		Financeira	
						Nominal	%	Nominal	%
03.01.04.122.0002	Administração Superior	Não mensurado	2.171.714,30	Não mensurado	2.158.175,54	Não mensurado	Não mensurado	13.538,76	0,62%
06.02.04.131.0003	Comunicação na área pública, um direito de cidadan	Não mensurado	642.110,00	Não mensurado	633.556,59	Não mensurado	Não mensurado	8.553,41	1,33%
07.01.04.121.0015	Planejamento no Governo	Não mensurado	1.373.880,00	Não mensurado	1.354.648,19	Não mensurado	Não mensurado	19.231,81	1,40%
08.01.03.092.0004	Assessoramento Judicial e Extra-Judicial	Não mensurado	2.398.100,00	Não mensurado	2.390.670,49	Não mensurado	Não mensurado	7.429,51	0,31%
09.04.04.122.0005	Administração Geral	Não mensurado	6.661.142,00	Não mensurado	6.643.692,86	Não mensurado	Não mensurado	17.449,14	0,26%
10.02.28.846.0006	Finanças Públicas	Não mensurado	11.874.700,00	Não mensurado	11.820.287,83	Não mensurado	Não mensurado	54.412,17	0,46%
12.01.08.241.0031	Programa de Atenção ao Idoso - PAI	Não mensurado	85.000,00	Não mensurado	70.978,08	Não mensurado	Não mensurado	14.021,92	16,50%
12.01.08.243.0032	Assistência à Criança e ao Adolescente/Secretaria	Não mensurado	560.000,00	Não mensurado	551.001,05	Não mensurado	Não mensurado	8.998,95	1,61%
12.01.08.244.0030	Assistência Social Comunitária	Não mensurado	3.565.000,00	Não mensurado	3.563.011,14	Não mensurado	Não mensurado	1.988,86	0,06%
13.01.04.122.0007	Educação Sempre Mais - Ensino Infantil	Não mensurado	39.098.027,48	Não mensurado	37.209.113,81	Não mensurado	Não mensurado	1.888.913,67	4,83%
13.01.04.122.0008	Educação Sempre Mais - Ensino Fundamental	Não mensurado	48.185.151,37	Não mensurado	46.131.460,36	Não mensurado	Não mensurado	2.053.691,01	4,26%
13.02.12.306.0011	Alimentando com Carinho - Ensino Fundamental/EJA	Não mensurado	1.754.560,00	Não mensurado	1.472.497,44	Não mensurado	Não mensurado	282.062,56	16,08%
13.02.12.306.0013	Alimentando com Carinho - Creches	Não mensurado	1.719.700,00	Não mensurado	1.604.448,89	Não mensurado	Não mensurado	115.251,11	6,70%
13.03.12.361.0014	Transporte Escolar p/Todos	Não mensurado	469.240,00	Não mensurado	462.605,00	Não mensurado	Não mensurado	6.635,00	1,41%
13.03.12.366.0010	Educação Sempre Mais - Educação de Jovens e Adulto	Não mensurado	154.490,00	Não mensurado	130.320,14	Não mensurado	Não mensurado	24.169,86	15,64%
13.03.12.367.0009	Educação Sempre Mais - Ensino Especial	Não mensurado	489.646,00	Não mensurado	329.976,46	Não mensurado	Não mensurado	159.669,54	32,61%
14.01.20.605.0029	Apoio ao Desenvolvimento da Pesca Artesanal	Não mensurado	10.020,00	Não mensurado	8.523,64	Não mensurado	Não mensurado	1.496,36	14,93%
14.02.20.606.0028	Desenvolvimento Agrícola	Não mensurado	1.191.510,00	Não mensurado	1.178.825,44	Não mensurado	Não mensurado	12.684,56	1,06%
15.01.06.182.0016	Cidade Segura	Não mensurado	1.128.940,00	Não mensurado	947.585,45	Não mensurado	Não mensurado	181.354,55	16,06%
16.01.23.695.0017	Incentivar o turismo é obter sucesso	Não mensurado	1.282.440,05	Não mensurado	1.275.834,97	Não mensurado	Não mensurado	6.605,08	0,52%

17.01.15.452.0019	Cidade Limpa e Urbanizada	Não mensurado	27.230.245,62	Não mensurado	21.405.918,44	Não mensurado	Não mensurado	5.824.327,18	21,39%
17.01.25.752.0018	Cidade Iluminada	Não mensurado	5.210.600,00	Não mensurado	3.944.610,65	Não mensurado	Não mensurado	1.265.989,35	24,30%
17.04.26.782.0021	Frota Municipal	Não mensurado	1.046.100,00	Não mensurado	1.044.980,61	Não mensurado	Não mensurado	1.119,39	0,11%
28.02.17.512.0057	Sanear	Não mensurado	18.645.220,00	Não mensurado	17.067.143,68	Não mensurado	Não mensurado	1.578.076,32	8,46%
30.03.04.122.0061	Controle na Gestão Pública	Não mensurado	589.630,00	Não mensurado	568.225,28	Não mensurado	Não mensurado	21.404,72	3,63%
31.02.04.129.0062	Nossa Arrecadação	Não mensurado	550.000,00	Não mensurado	543.068,70	Não mensurado	Não mensurado	6.931,30	1,26%
31.05.11.333.0056	Investe e Cresce Navegantes	Não mensurado	2.394.358,00	Não mensurado	2.377.437,63	Não mensurado	Não mensurado	16.920,37	0,71%
32.01.08.243.0065	Pacto pela Criança	Não mensurado	897.320,00	Não mensurado	863.707,67	Não mensurado	Não mensurado	33.612,33	3,75%
32.02.08.244.0063	Pacto pela Juventude	Não mensurado	26.020,00	Não mensurado	25.797,03	Não mensurado	Não mensurado	222,97	0,86%
33.01.15.451.0015	Planejamento no Governo	Não mensurado	1.485.660,00	Não mensurado	1.458.694,10	Não mensurado	Não mensurado	26.965,90	1,82%
99.99.99.999.0099	Reserva de Contingência	Não mensurado	0,23	Não mensurado	0,00	Não mensurado	Não mensurado	0,23	100,00%
		Não mensurado	<b>182.890.525,05</b>	Não mensurado	<b>169.236.797,16</b>	Não mensurado	Não mensurado	<b>13.653.727,89</b>	



3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências

Obs.: não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2017.

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Despesa reconhecida sem orçamento	Valores	Motivos do reconhecimento

Obs.: não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício de 2017.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

a) Restos a Pagar Processados

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Data da inscrição	Fornecedor	Valor devido	Motivos
0000176/10	31/12/2010	ELLOS TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA ME	1.723,50	Credor não localizado e/ou dados cadastrais desatualizados.
0000202/14	31/12/2014	MARCINDO GOMES DA SILVA	0,50	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000203/14	31/12/2014	MARCINDO GOMES DA SILVA	672,09	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000266/16	31/12/2016	MARIA IOLANDA DA COSTA	444,78	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000267/16	31/12/2016	MARIA IOLANDA DA COSTA	622,02	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000626/14	31/12/2014	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP	809,70	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0000845/15	17/04/2015	CAMILA REISER ROSA	1,00	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000921/13	31/12/2013	ELZA GOBBI	1,00	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000922/13	31/12/2013	MARINO LEOPOLDO ROCHA	719,78	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0000937/13	31/12/2013	MANOEL JOSE COELHO	218,69	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001114/13	31/12/2013	CONSOR. INTERM. TURISMO COSTA VERDE E MAR-CITMAR	185,36	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0001481/14	14/03/2014	MARCOS LOPES	3.712,33	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001518/12	31/12/2012	A NOTICIA RBS - ZERO HORA EDIT. JORNALISTICA S/A	477,28	Credor não localizado e/ou dados cadastrais desatualizados.
0001542/15	26/03/2015	SONIA REGINA PINHEIRO	25,88	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001543/15	14/05/2015	RENE FANTIN ARNOLDO	59,13	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001584/16	31/12/2016	OSNI FLORENCIO ROSA	658,46	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001585/16	31/12/2016	OSNI FLORENCIO ROSA	84,30	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001645/16	31/12/2016	IVONÉ JOAQUIM ADÃO	99,39	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001646/16	31/12/2016	IVONÉ JOAQUIM ADÃO	324,95	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0001713/11	30/05/2011	AUTO PEÇAS E MECÂNICA GIRO MAXIMO LTDA EPP	1.969,00	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0002085/13	31/12/2013	IONE FELICIO MACHADO	536,61	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0002373/14	31/12/2014	ANDREA APARECIDA INACIO	31,02	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0002374/14	31/12/2014	ANDREA APARECIDA INACIO	1,64	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0002670/11	31/12/2011	ANTONIO FERNANDES DE SOUZA	650,16	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0002964/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	14,80	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0002969/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	6,08	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0003003/10	31/12/2010	LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA	2.130,00	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0003121/10	31/12/2010	CONCEIÇÃO REGINA SILVEIRA GONÇALVES	334,55	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0003179/11	31/12/2011	MDM COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	321,72	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0003320/16	31/12/2016	CESAR AUGUSTO GONCALVES - ME	0,01	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0003463/16	31/12/2016	ELMO PAPELARIA LTDA - ME	230,00	salDOS de empenhos liquidados indevidamente
0003678/15	31/12/2015	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	217,50	salDOS de empenhos liquidados indevidamente

0003902/13	31/12/2013	DAMPER DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	3.677,72	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004053/13	31/12/2013	FABIANE P. VESHOSKI DA LUZ	100,00	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0004066/13	31/12/2013	FABIANE P. VESHOSKI DA LUZ	100,00	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0004189/16	31/12/2016	CATARINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	570,32	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004192/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	7,68	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004297/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	6,72	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004330/10	31/12/2010	BENTA DUARTE	128,75	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0004658/12	31/12/2012	EUGENIO FERNANDES DA SILVA	592,94	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0004659/12	31/12/2012	EUGENIO FERNANDES DA SILVA	530,83	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0004662/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	7,68	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004754/10	31/12/2010	LM ÁGUAS LTDA	173,40	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004756/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	64,24	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004762/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	7,44	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0004791/16	31/12/2016	MARINEY APARECIDA MAZURECKI	250,03	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005039/16	31/12/2016	MILTON EUGENIO MULLER	1.838,17	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005210/13	31/12/2013	MONICA TEREZINHA RANGUETT	20,76	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005211/13	31/12/2013	MONICA TEREZINHA RANGUETT	1.843,33	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005212/13	31/12/2013	ADEMIR HOSTIM	83,36	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005213/13	31/12/2013	ADEMIR HOSTIM	594,92	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005214/13	31/12/2013	ADEMIR HOSTIM	113,28	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005436/14	31/12/2014	GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA.	25.704,00	Está aguardando análise da Caixa Econômica Federal para liberação de pagamento.
0005452/10	31/12/2010	EVERALDO APARICIO DE CASTRO	404,94	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0005457/15	31/12/2015	KARLA CRISTIANE BRANDAO BRUNO	230,02	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005458/15	31/12/2015	KARLA CRISTIANE BRANDAO BRUNO	421,71	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005836/16	27/12/2016	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS JÚNIOR	2.059,60	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0005877/10	31/12/2010	JOAO MARIA IDALINO DA SILVA	686,67	Credor não localizado e/ou dados cadastrais desatualizados.
0005900/16	27/12/2016	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS JÚNIOR	447,05	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0005926/09	31/12/2009	CADEMAK LTDA - IND. E COM. DE MOVEIS P/ ESCRITORIO	1.785,00	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0006039/10	31/12/2010	SOCIEDADE EDITORA BALNEENSE LTDA - EPP	6,72	saldos de empenhos liquidados indevidamente
0006475/14	31/12/2014	MARLENE MORENO SIPP	80,59	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0006476/14	31/12/2014	MARLENE MORENO SIPP	1.640,53	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0006479/14	31/12/2014	MARCIO CRUZ	1,00	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0006748/12	31/12/2012	VALDIR JOÃO DA SILVA	1.182,32	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
0006757/12	29/11/2012	MARISTELA PASSOS DE ALMEIDA MARCOS	1,00	rescisão de contrato por morte, aguardando alvará judicial e ou conta bancária encerrada
<b>TOTAL</b>			<b>62.645,95</b>	

b) Restos a Pagar Não Processados

Empenhos de restos a pagar inscritos a partir do segundo ano pretérito ao da prestação de contas	Data da inscrição	Fornecedor	Valor devido	Motivos
0001094/16	17/02/2016	C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	735.192,34	Contrato em vigor, aguardando ajustes de execução na obra, para posterior liberação do Badesc.
0001466/16	04/03/2016	GEOMAI S GEOTECNOLOGIA LTDA.	1.732.501,50	Relacionado ao PMAT, aguardando liberações da caixa.
0002409/14	04/04/2014	VALDINEI ADRIANO MARTINS	407,92	Rescisão de contrato de trabalho
0003027/11	13/06/2011	ADRVALE - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	10.994,53	Programa Pró Jovem Trabalhador, valores em conciliação bancária aguardando decisão judicial
0003031/11	13/06/2011	ADRVALE - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	98.950,75	Programa Pró Jovem Trabalhador, valores em conciliação bancária aguardando decisão judicial
0003882/16	16/08/2016	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP	48.850,13	Obras em execução com recursos de Convênio com Estado, aguardando liberação
0004466/16	26/09/2016	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP	9.463,15	Obras em execução com recursos de operação de crédito firmada com a CEF
0004467/16	26/09/2016	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP	144.268,71	Obras em execução com recursos de operação de crédito firmada com a CEF
0004551/16	29/09/2016	J.J.R. CONSTRUÇOES E EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA EI	14.213,80	Construção da Creche de Escalvados, aguardando pendências na obra.
0005136/16	11/11/2016	ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP	49.260,93	Obra em execução, convênio com o Ministério das Cidades
TOTAL			2.844.103,76	

### III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) demonstrativo da quantidade de pessoas executando trabalhos na unidade jurisdicionada por meio de contratos de terceirização de serviços, contendo o posto de trabalho ocupado, bem como as despesas totais das contratações, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

### IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A TERCEIROS PELA UNIDADE GESTORA (Anexo V, Item IV)			
		Exercício:	2017
Entidade Beneficiada	Espécie de Transferência (Subvenção, Auxílio, Contribuição)	Formalização (Convênio, Termo de Parceria, Termo de Cooperação etc.)	Valor Anual Transferido (Pago)
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes	Subvenção	Termo de Fomento	193.141,00
<b>Total</b>			193.141,00

## **V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:**

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

Obs.: informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N.TC-0106/2017.

## **VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:**

a) Recomendações expedidas e providências adotadas:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Implementação de mecanismos para uma fiscalização mais efetiva acerca dos contratos de obras e serviços. (Auditoria nº 002/2016).	Implantar nos setores a atividade de fiscal de contrato, conforme determina no art. 67 da Lei 8.666/93 e art. 38 IN Nº 001/2015, que a execução do contrato seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado pelo Prefeito Municipal, para este fim.	Secretaria de Administração	Foi editada a Instrução Normativa nº 004/2017 que institui e regulamenta as atividades de Fiscal de Contrato em âmbito municipal e para cada contrato estão sendo designados servidores para o exercício desta atividade.	Houve uma intensificação nas fiscalizações de contratos e, conseqüente, melhoria nas execuções.
Recomendamos, para as máquinas/equipamentos não localizados na data da auditoria, que o Setor de Patrimônio proceda à localização e informe a Secretaria/Setor em que o mesmo se encontra ou, no caso de não localização, que tome as providências cabíveis com relação à registro da ocorrência, da baixa, e da apuração de responsabilidade;	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria de Administração, Obras, SESAN, Saúde	CI/AS/DCGP nº 83/16 de 07/12/16, reforçado pela CI/AS/DCGP nº 25/17 de 06/03/17, solicitando a retirada de todos os veículos da Empresa MDM de Blumenau (Já executado).  CI SecAdm Patr. nº 002/2018 rmc para a Sec Obras solicitando a retirada de máquinas/equipamentos da Empresa Point Car. (Já executado).	Todas as máquinas/equipamentos foram localizadas e o relatório está no Departamento de Patrimônio para consulta.
Foi recomendado às Secretarias de Agricultura, Secretaria de Obras, Saúde e SESAN, que quando da necessidade de empréstimo de veículo a outra unidade, a mesma deve ser formalizada através de	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria da Agricultura, Secretaria de Obras, Secretaria de Saúde, e Secretaria de Saneamento Básico - SESAN	Foi realizada orientação interna por parte da Secretaria de Administração a todos os órgãos citados na auditoria sobre os procedimentos necessários a	Organização e fiscalização do uso de máquinas públicas.

documento de transferência, empréstimo ou cedência de bem público, descrevendo os motivos para que não ocorra nenhum desvio de finalidade da máquina ou equipamento;			seção ou empréstimos de bens públicos a outros órgãos da administração pública municipal.	
Foi recomendado aos responsáveis pelos veículos, caminhões, máquinas e equipamentos para efetuarem a limpeza no mesmo, pois é de responsabilidade do motorista o zelo pelo bem que está sob sua responsabilidade;	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.	Secretaria da Agricultura, Secretaria de Obras	Foi realizada orientação interna por parte da Secretaria de Administração a todos os órgãos citados na auditoria sobre os cuidados e responsabilidades dos responsáveis pelo uso e guarda de bens públicos.	Maior zelo com o uso e guarda dos bens que compõem o patrimônio público.
Contrato 235/2014: Formalização do Contrato: Foi recomendado que a Comissão de Licitação atente para as situações apontadas no que concerne ao estabelecimento das garantias contratuais, pois as mesmas abrem precedentes para dúbias interpretações e evidencia possível negligência com que a Administração trata os assuntos que são extremamente sérios e relevantes. (Auditoria nº 002/2016)	Instituir mecanismos de garantias contratuais adequados ao objeto.	Secretaria de Administração	A Comissão Permanente de Licitações reformulou a redação padrão das cláusulas contratuais e edificações, de acordo com as orientações.	Redação mais clara, objetiva e sem disposições antagônicas ou contraditórias, não houve mais qualquer questionamento sobre o assunto.
Contrato 235/2014: Foi recomendado à Secretaria de Administração, para adotar medidas saneadoras para as irregularidades apontadas no que concerne à tempestividade dos termos aditivos de contratos. O intuito dessa medida visa a melhoria nos processos de compras com aplicação da Lei 8666/93 e IN Nº	Instituir mecanismos para garantir a celebração de termos aditivos tempestivamente.	Secretaria de Administração	O Departamento de Gestão de Bens Materiais e Serviço/Secretaria de Administração reforçou a orientação para secretarias solicitantes.	Ainda há atraso por parte dos solicitantes, mas tal comportamento está se tornando mais raro.



002/2015 nos contratos. (Auditoria nº 002/2016)				
Contrato 015/2016: Foi recomendado à Comissão de Licitação que celebre os contratos em consonância com os termos estabelecidos no edital de licitação (termo de referência), o que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios pertinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo. (Auditoria nº 002/2016)	Instituir mecanismos de conferência dos termos contratuais estabelecidos com os termos constantes do termo de referência que é parte integrante do processo licitatório.	Secretaria de Administração	Foi revisada a redação padrão de todos os editais e anexos pela Comissão. Foi editada portaria exigindo a conferência do termo de referência pela secretaria solicitante antes da publicação dos editais.	Erros e inconsistências foram bastante reduzidos.
Contrato 015/2016: Foi recomendado que tanto o solicitante quanto a Secretaria de Administração se atentem para o disposto na Instrução Normativa nº 002/2015 quando se tratar de obras ou serviços de engenharia, quanto à obrigatoriedade de cronograma físico-financeiro e a composição do BDI, nos termos dos incisos VIII e IX do Art. 4º da Instrução Normativa nº 002/2015, respectivamente e o inciso II do Art. 7º da Lei das Licitações. (Auditoria nº 002/2016)	Instituir, conforme instrução IN nº 02/2015, checklist de conferência dos requisitos obrigatórios para a contratação de obras e serviços de engenharia.	Secretaria de Administração	O Departamento de Gestão de Bens Materiais e Serviço/Secretaria de Administração, reforçou a orientação para as secretarias solicitantes e diligenciou na conferência da documentação necessária quando do recebimento do processo.	Tal falha foi sanada em sua totalidade, após a adoção das referidas medidas.
Contrato 109/2015 1º Contratação: Foi recomendado que a Comissão de Licitação fique atenta para o cumprimento da legislação nos	Instituir mecanismos de conferência dos termos contratuais estabelecidos com os termos constantes do termo	Secretaria de Administração	Além da conferência pela Comissão de Licitação e Pregoeiros, foi editada a portaria que determina tal	Inconsistências e discrepâncias foram sanadas

casos aqui constatados. Se o Município publica o edital e seus anexos, há de se convir que este seja a cópia fidedigna para contratação junto a Administração Pública.	de referência que é parte integrante do processo licitatório.		conferencia pela secretaria solicitante antes da publicação.	
2º Pagamento: Foi recomendado que o valor seja restituído ao erário, visto que o montante apurado sobre os serviços pagos diverge dos serviços executados. Contrato 037/2015: 1º Contratação: Recomendamos, que o setor responsável elabore os contratos de acordo com a minuta do edital, pois é ele que efetivamente define as normas para futura contratação, devendo portanto, ser respeitado. Ademais, alterando as cláusulas pré-estabelecidas, a Administração burla o princípio da igualdade, pois aquele que se prendeu aos termos do edital pode ter sua proposta prejudicada pelo licitante que não a respeitou.	2º Pagamento: Constatamos divergência entre horas pagas e horas licitadas, conforme demonstra o quadro, resultando uma diferença paga a maior no valor de R\$ 15.220,00, o que caracteriza possível dano ao erário. Foi sugerida a abertura de sindicância para a apuração dos fatos e responsáveis.	Secretaria de Administração	Solicitamos a abertura de sindicância para apurar eventuais responsabilidades.	Em andamento
Contrato 037/2015: 1º Contratação: Foi recomendado que o setor responsável elabore os contratos de acordo com a minuta do edital, pois é ele que efetivamente define as normas para futura contratação, devendo portanto, ser respeitado. Ademais, alterando as cláusulas pré-estabelecidas, a Administração burla o princípio da igualdade, pois aquele que se prendeu aos termos	Instituir mecanismos de conferência dos termos contratuais estabelecidos com os termos constantes do termo de referência que é parte integrante do processo licitatório.	Secretaria de Administração	Além da conferencia pela Comissão de Licitação e Pregoeiros, foi editada a portaria que determina tal conferencia pela secretaria solicitante antes da publicação.	Inconsistências e discrepâncias foram sanadas

do edital pode ter sua proposta prejudicada pelo licitante que não a respeitou.				
2º Recomendação: Foi recomendado para que o setor competente inclua nos editais a informação do percentual (%) de impostos/tributos incidentes sobre o objeto/serviços prestados, e qual índice de variação (INPC, etc.) que deverá ser aplicado num eventual termo aditivo de reajuste de valor.	2º Recomendação: Recomendamos, incluir nos editais a informação do percentual (%) de impostos/tributos incidentes sobre o objeto/serviços prestados, e qual índice de variação (INPC, etc.) que deverá ser aplicado num eventual termo aditivo de reajuste de valor.	Secretaria de Administração	O Departamento de Gestão de Bens Materiais e Serviço/Secretaria de Administração, reforçou a orientação para as secretarias solicitantes e diligenciou na conferência da documentação necessária quando do recebimento do processo.	Tal falha foi sanada em sua totalidade, após a adoção das referidas medidas.
Contrato 015/2016: 1º Execução do Contrato: Foi recomendado ao setor responsável que notifique a empresa para que a mesma cumpra de forma efetiva o contrato, visto que a mesma não possui balança instalada nem tampouco faz o controle de forma adequada da descarga do material no aterro. Recomendamos adicionalmente, uma vez descumprida uma obrigação contratual por parte da empresa contratada, a Administração tem a faculdade de aplicar as sanções dispostas no artigo 87 da Lei 8.666/1993, ou até mesmo proceder a rescisão contratual, conforme disposto no artigo 77 c/c artigo 78, inciso I, da referida Lei.	Notificar a empresa, exigir as adequações necessárias e, se for o caso, aplicar as sanções contratuais cabíveis.	Secretaria de Obras	A Empresa foi notificada para adequação dos serviços, contratados.	A Empresa Lima Entulhos providenciou a instalação da balança.
Foi recomendado que o Setor de Patrimônio informe os	Apresentar um plano de ação, informando os prazos para a	Secretaria de Administração	A Secretaria de Administração já está	

procedimentos que são adotados pelo setor no que concerne aos veículos/máquinas e equipamentos quando são considerados como inservíveis, anexando os documentos comprobatórios sobre a baixa no patrimônio dos mesmos;	implantação e juntar documentos comprobatórios das ações efetuadas.		providenciando o credenciamento de Leiloeiro para a realização de leilão de veículos/máquinas inservíveis e posteriormente de bens inservíveis móveis.	
--	---	--	--	--

b) Recomendações pendentes:

Recomendações atendidas				
Recomendações	Providência Sugerida	Setor Responsável	Providências adotadas	Resultados obtidos
Propositura de uma sindicância para apuração de descumprimento da Lei nº 1417/2001, pelo não fornecimento de documentos/informações ao Controle Interno, quando do exercício da auditoria nº 001/2017, que tratou do controle e gestão do patrimônio público.	Encaminhado OFICIO/SGC Nº 021/2017, sugerindo a propositura de uma sindicância para apuração dos fatos.	Gabinete do Prefeito		
Fortalecimento das ações de acompanhamento e fiscalização sobre o uso de veículos da frota municipal, cumprindo e fazendo cumprir todas as normas estabelecidas no Art. 2º e seus incisos na Instrução Normativa nº. 03/2016 e Lei nº 2.472/2011. (Auditoria nº 003/2017)	Realização de adequada plotagem (identificação) dos veículos de uso do poder público municipal e o adequado preenchimento e acompanhamento dos diários do Diários de Bordo, de forma a garantir o controle e a legitimidade das informações e, principalmente, no uso do veículos municipais.	Todos os que utilizam veículos da frota municipal.		
Contrato 002/2015: 1 Termo Aditivo: 3º - Termo aditivo: Foi recomendado a instauração de procedimento	Instauração de procedimento disciplinar para apuração dos	Secretaria de Administração		

disciplinar, visto a gravidade dos fatos constatados e responsabilização a quem deu causa.	fatos e responsabilização a quem deu causa.			
2º Do pagamento: Processo Disciplinar para a apuração de possível negligência por parte da Secretaria responsável, visto que o “parecer” emitido pelo órgão emissor da declaração é frágil e não apresenta fundamentação legal. A divergência entre as Declarações fornecidas e os critérios impostos pelo Edital, pode caracterizar fraude de licitação. Contrato 037/2015: 1º Contratação: Foi recomendado que o setor responsável elabore os contratos de acordo com a minuta do edital, pois é ele que efetivamente define as normas para futura contratação, devendo portanto, ser respeitado. Ademais, alterando as cláusulas pré-estabelecidas, a Administração burla o princípio da igualdade, pois aquele que se prendeu aos termos do edital pode ter sua proposta prejudicada pelo licitante que não a respeitou.	2º do Pagamento: Instituir Processo Disciplinar para a apuração de possível negligência por parte da Secretaria responsável, visto que o “parecer” emitido pelo órgão emissor da declaração é frágil e não apresenta fundamentação legal. A divergência entre as Declarações fornecidas e os critérios impostos pelo Edital, pode caracterizar fraude de licitação.	Secretaria de Obras		
Contrato 037/2015: 1º Execução do Contrato: Foi recomendada a imediata suspensão dos serviços prestados com esta finalidade, sendo necessária a abertura de procedimento disciplinar para a	Contrato 037/2015: 1º Execução do Contrato: Suspensão dos serviços e instauração de procedimento disciplinar para apuração dos fatos.	Secretaria de Obras		

apuração e responsabilização a quem deu causa.				
2º Limitação do trabalho de auditoria: Foi recomendada a instauração de procedimento disciplinar para a apuração de descumprimento do Art. 14 da Lei nº 1417/2001, com o não fornecimento de documentos/informações necessárias aos trabalhos de auditoria no âmbito do sistema de controle interno.	2º Limitação do trabalho de auditoria: Instituir procedimento disciplinar para apurar os fatos e responsáveis.	Secretaria de Obras		
Contrato 002/2015: 1º Execução do Contrato - Foi recomendado à Secretaria de Saneamento Básico - SESAN que adote procedimentos que visam efetuar o controle na execução dos serviços prestados.	Contrato 002/2015: 1º Execução do Contrato: Item 9.26 do contrato - Identificar todos os veículos terceirizados e equipamentos colocados à serviço da Secretaria, para fiel cumprimento do contrato.	Secretaria de Saneamento Básico - SESAN		

**VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):**

Obs.: Não há contratos de gestão de vigentes no exercício de 2017 para esta entidade.

**VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)**

**a) Identificação dos termos de parceria vigentes no exercício:**

**1. Dados da entidade parceira (nome e CNPJ);**

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes  
CNPJ: 83.824.771/0001-20

**2. Âmbito de atuação da entidade (art. 3º da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);**

Defesas de Direitos: inclusão dos direitos das pessoas com deficiência em todas as políticas públicas.

Trabalho em Comunidade: estabelecer alianças estratégicas com vários setores e segmentos sociais para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão da pessoa com deficiência.

Promoção da Saúde para o Envelhecimento Saudável: atenção integral da pessoa com deficiência, em todo o seu ciclo de vida.

Apoio à Família: oferece informações para que a família saiba lidar com o familiar deficiente.

Apoio a Inclusão Escolar: atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência intelectual e múltipla incluído na escola comum.

Escola Especial da APAE: acolhimento aos estudantes com deficiência intelectual e múltipla nas séries iniciais do ensino fundamental, quando necessitam de apoio intensivo.

Inclusão no Trabalho: articulação com os vários setores e preparação do estudante/trabalhador para o processo de inclusão social.

Autogestão e Auto defensoria: cria situações favoráveis ao desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

**3. Regulamento da contratação de obras e serviços (art. 14 da Lei 9.790/99 e legislação estadual equivalente);**

Não se aplica.

**b) Informações sobre o termo de parceria:**

**1. Nº e data da celebração;**

Termo de Fomento nº 001 de 09 de junho de 2017.

**2. Forma de escolha da unidade parceira;**

Inexigibilidade de chamamento público, conforme Art. 31, Inciso II da Lei nº 13.019/2014

**3. Objeto;**

Colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NAVEGANTES – SC, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades,

conforme plano de trabalho, que devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constituindo parte integrante do Termo de Fomento nº001/2017, como se nele estivesse transcrito.

**4. Unidade jurisdicionada parceira;**

Secretaria Municipal de Educação de Navegantes.

**5. Período de vigência (início e fim);**

06 de junho de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

**6. Valor global em reais (da unidade jurisdicionada e da entidade);**

Valor total da parceria R\$ 231.769,20.

**c) Valores repassados em razão de termos de parceria firmados, especificando os valores mensais repassados no exercício e indicando a unidade parceira (nome e CNPJ);**

Valor mensal repassado no período entre junho e dezembro de 2017: R\$ 38.628,20

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes - CNPJ: 83.824.771/0001-20.

**d) Avaliação dos resultados obtidos com a parceria:**

**Identificação da entidade parceira (nome e CNPJ);**

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Navegantes - CNPJ: 83.824.771/0001-20.

No ano de 2017 a APAE atendia 169 pessoas com deficiência, sendo crianças, adolescentes e adultos. Deste total 39 estão matriculados na Rede Municipal de Navegantes, o que corresponde a 23,1% do número de atendimentos.

Dados do Convênio:

Valor mensal repassado: R\$38.628,20

Conforme prestações de contas já apresentadas, constata-se que a entidade parceira tem utilizado uma média de 75,6% dos recursos. Ressalta-se que todo o valor não utilizado é devolvido ao Município.

O trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais acontece de forma processual, tendo como base questões sócio educacionais, clínico, familiar, através de atendimento especializado, projetando-os à inserção social, causando impacto positivo no cotidiano dos alunos envolvidos.

Navegantes, 19 de janeiro de 2018.

**Emílio Vieira**

Prefeito